

# “Os professores quase fazem risquinhos na parede para ver quanto falta”

TEXTO  
Leonardo Ralha

FOTOGRAFIA  
Cristina Bernardo

Prestes a voltar ao Ministério da Educação, para tentar avanços na contagem do tempo de serviço dos professores, o responsável da Fenprof diz que dialogar com João Costa continua difícil. Mas recusa ver como uma utopia a recuperação integral do tempo e lamenta que o Governo nem queira fazer contas sobre o efeito cruzado da reposição faseada e das aposentações de quem fica no último escalão. Sem muitas palavras para o STOP, realça que as manifestações têm sido ao sábado e que não se quer impedir as aulas

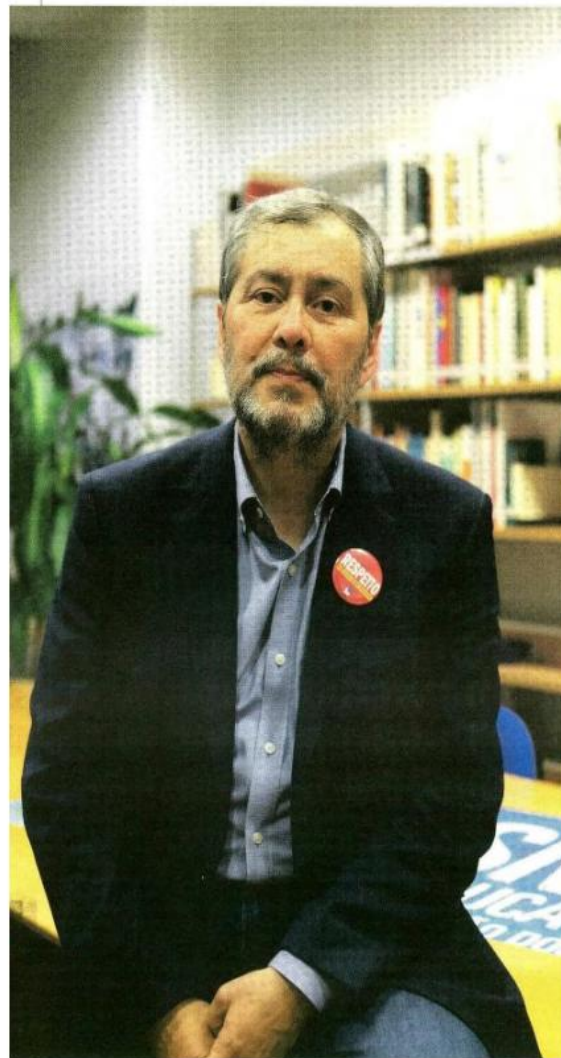
**N**o final de uma quarta-feira em que se reuniu com o Governo para marcar novas negociações com o Ministério da Educação, o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Mário Nogueira, falou com o NOVO sobre os problemas da classe docente, disse que muitos dos que têm tempo de serviço congelado tentam não conseguir pagar um lar e revelou o que faria se tivesse de comprar um carro usado a um dos ministros com quem lidou desde 2007.

**A reunião com o ministro da Educação, na qual João Costa marcou nova ronda negociada para 5 de Abril, superou as suas expectativas, até por não serem muito elevadas?**

Não. Esperávamos que, depois de um processo de negociação dos concursos de recrutamento e colocação de professores que não terminou com acordo, apesar de reconhecermos avanços, o Governo tivesse percebido que não se exige que a carreira dos professores seja valorizada, que os valores das remunerações aumentem. Exige-se que se cumpra o que ali está. Para isso, é fundamental que os professores sejam enquadrados na carreira de acordo com o tempo de serviço que cumpriram a trabalhar. Na reunião esperávamos que surgisse a disponibilidade para avançarmos para a contagem integral do tempo de serviço, como acontece na Madeira e nos Açores. Esperávamos, até, que o ministério propusesse um faseamento mais longo do que consideramos adequado, mas, ainda assim, havia abertura para aceitar, tendo em conta a capacidade financeira do país.

**E o que aconteceu?**

havendo professores que perderam, só em congelamento, seis anos, seis meses e 23 dias, e ainda tempo de serviço entre transições de estruturas de carreira em 2007 e 2010 que chega a seis anos de serviço, o ministério vem propor que alguns professores, de todo esse tempo, que são quase 12 anos, recuperem um ano. Em relação aos outros, o Ministério da



Educação isenta-os da vaga no 5.º e 7.º escalões, em que muitos já ficariam dispensados de vaga por terem avaliação de bom ou excelente, mas não recupera nem um dia. Pior do que isso, só zero. Foi pouco acima e os professores já começaram a reagir.

**À entrada da reunião avisou que as assimetrias poderiam ser profundadas. Foi o que aconteceu?**

Ditamos à saída que isto é o mesmo que termos metido um pé numa poça e, para o tirarmos, metemos lá o outro. Há assimetrias que não vão ser resolvidas porque há 54 mil professores que estavam nos quadros e na carreira quando se deu o congelamento, em 2011, e foram ultrapassados por colegas com menos tempo de serviço que entraram nesse período.

Esses foram bem enquadrados na carreira; os outros é que não poderiam ter ficado para trás. É até uma inconstitucionalidade.

**Foi um dos temas da reunião? Pensávamos que seria uma das assimetrias em cima da mesa para corrigir, mas o ministério nem passou por aí.**

Há outros casos, de colegas que pensaram para chegar a escalões de topo, que não recuperaram um dia de serviço, e era justo que todo o tempo de serviço que não recuperaram pudesse reaver para despenalização da idade na aposentação ou majoração da pensão. Calculamos que haja professores até aos 30 anos de serviço que podem vir a ter pensões na ordem dos 700 a 900 euros. Quando as pessoas reclamam a contagem integral do tempo de serviço e o seu reposicionamento, claro que estão a pensar no imediato, mas também no futuro. Costumo dizer nas reuniões que, tendo em conta a pensão de aposentação do professor daqui a 15 anos, eventualmente, não dará para pagar um lar.

**Há insensibilidade social da parte do ministério?**

Dizia que da parte do ministro e do Governo. Alguns governos foram corrigindo problemas da carreira e mantendo a paridade com os técnicos superiores. Este ministério tentou, durante a primeira meia hora da reunião, dizer que os professores eram uns privilegiados e que 16% estão no escalão de topo. Mas esqueceu-se de dizer que 22%

têm mais de 60 anos. E nem todos os que têm mais de 60 anos atingiram o escalão de topo, pois o tempo de serviço não lhes está a ser contado.

**Como se sentem os professores?**

Muitos sentem-se indignados e revoltados porque deram o seu melhor nos congelamentos, nos cortes nos salários e no ensino à distância, com os confinamentos. Sentem que, com todo o esforço que vão sempre fazer, quando chega o momento do reconhecimento podem levar umas palmadonas quando chega a necessidade de valorização da profissão e da melhoria das condições de trabalho. E isso afasta os jovens da profissão. Quase 15 mil jovens professores profissionalizados saíram e vamos ver se regressam, mesmo havendo lugares. Para o futuro do país é complicado, porque sem professores qualificados nas escolas é a qualidade do ensino que vai ficar em causa também.

**Chegaremos a um ponto em que será preciso “importar” professores do Brasil, Angola ou Cabo Verde?**

Não faço ideia. O Conselho Nacional de Educação prova que, no ano anterior, cerca de 27 mil alunos não tiveram os professores todos. Entretanto, neste segundo período lectivo, temos entre 30 mil e 35 mil alunos sem os professores todos. Este número não dispara mais porque o ministério contratou mais 60% de diplomados não profissionalizados, alguns deles jovens que acabaram os cursos e não tinham emprego, para disfarçar a falta de professores.

**O problema vai agravar-se?**

Sim. No ano passado foram 2.401 a aposentar-se e entraram sensivelmente 1.200 nos cursos de professores. Este ano, até ao final de Março, 742 saíram, prevendo-se cerca de 3.500 até ao final do ano, e o número irá sempre a subir até ao final da década. Se vão ter de importar professores, não sabemos, mas sabemos que anteriores governos foram completamente irresponsáveis. Lembremo-me de Pedro Passos Coelho aconselhar os professores a emigrarem: de António Costa, há quatro anos, em Paris, no Dia de



## Discurso Directo

“

O faseamento e a progressão de quem vai recuperando tempo de serviço jogam-se em simultâneo com a saída dos que estão nos últimos escalões para a aposentação. Uma coisa compensaria a outra, mas o ministério e o Governo nem querem fazer as contas”

→ Portugal, dizer que era uma boa oportunidade irem para lá das aulas aos filhos dos emigrantes. Foi-se sempre desvalorizando a falta de professores que já se começava a notar.

**Tal como sucede com os médicos, pode haver necessidade de se buscar professores reformados?**

Espero que não e vou dizer porque. Um dos problemas da nossa profissão é o envelhecimento. Sabendo nós que a aposentação se dá quase aos 67 anos, seria muito complicado. Mas, mesmo que o Governo abra tal possibilidade, um dos anseios maiores de quem está no activo é que chegue o dia da aposentação. Os professores quase fazem reuniões na parede para ver quanto tempo falta. Não tenho ideia de que, indo por aí, seja significativo o número dos que querem voltar.

Num inquérito que fizemos, em parceria com a Universidade Nova de Lisboa, o principal anseio de boa parte dos que estão a trabalhar é poderem aposentar-se.

**É mau sinal, acima de tudo.**

Quando estão no trabalho, com os alunos, dão tudo o que têm e percebem que têm de o fazer de uma forma competente. Mas, em vez de o fazerem com o prazer de quem está a exercer a profissão de que gosta, fazem com esforço, porque se sentem cansados, desprezados e com vontade de sair. Mas não podem, pois não são propriamente jovensinhos para terem alternativas. Este esforço faz com que os níveis de stress e de burnout disparem. Como mais de 50% já ultrapassaram os 50 anos e 22% são sexagenários, quando o Ministério da Educação diz que há dois mil e tal professores de baixa, falamos numa taxa de 15% ou 18%, pois somos mais de 100 mil. Ora, numa profissão que tem 22% de pessoas com mais de 60 anos e 2% de baixas, é de dizer que fortes sexagenários são estes que por aqui andam.

**Há um risco de a recuperação integral do tempo de serviço ser vista como uma utopia?**

Não sei porque, porque está a acontecer na Madeira e nos Açores, nesse caso com ligeiro avanço os primeiros dois anos, quatro meses e dois dias que tinham sido congelados foram

recuperados antes de os últimos sete anos villarem a congelar. E penso que é já no próximo ano que vai terminar a recuperação, com a Madeira no ano seguinte. E os valores não são incomportáveis, como o Governo gosta de dizer. A Associação Nacional dos Dirigentes Escolares fez um estudo do impacto financeiro e, se o tempo de serviço fosse recuperado integralmente, isso daria, nos três primeiros anos, um aumento da massa salarial global dos docentes na ordem dos 3,7%, e a partir do quarto ano, e nos sete seguintes, um decréscimo de 7,3%. Muita gente atingiria o topo, mas também sairia para a reforma, sendo substituída por jovens que nem ci estavam quando foram os congelamentos. O Ministério das Finanças disse há dias que, se a recuperação fosse imediata, seriam 33 milhões de euros, um valor significativo, mas abaixo do que se vê de desperdícios no país. Mas temos manifestado total disponibilidade para o fazer de forma faseada. Propusemos ao ministério que fosse até ao final da legislatura, pois não nos compete propor que assuma compromissos além do tempo em que ci está. O faseamento e a progressão de quem vai recuperando tempo de serviço jogam-se em simultâneo com a saída dos que estão nos últimos escalões para a aposentação. Uma coisa compensaria a outra, mas o ministério e o Governo nem querem fazer as contas.

**NOVO** **TV**

O programa **Discurso Directo**, a partir de quarta-feira, às 21h, na TV pública portuguesa. Também disponível em streaming no [www.rtp.pt](http://www.rtp.pt).  
Economico. Vá lá em [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)  
re: @jornaleconomico

**Uma sondagem da Intercampus indicava que 60% dos portugueses concordam com a vossa luta. Acredita que o apoio continuará tão elevado se não fossem puserem em causa o ano lectivo?**

No fim-de-semana tivemos uma sondagem de uma televisão que dava 70% de apoio, e uma mais recente da Intercampus, que dava 72%. A Fenprof não está zozinha. Estamos numa convergência de nove organizações sindicais, que até agora tiveram um dia de greve, a 2 de Novembro, um dia de greve por distrito e um terceiro dia no âmbito das greves da administração pública. Temos previsto um dia de greve, novamente, numa ronda distrital - veremos se o dia inteiro ou não - e uma a 6/6/23, que é simbólico pelos seis anos, seis meses e 23 dias (falha bem o ano ter esse dia).

E vemos no fim do ano lectivo. Os professores não deixaram de dar aulas. Tem compensado os dias de greve no trabalho com os alunos e nas matérias. É verdade que há uma outra greve continuada [do STOP] que começou em Dezembro, mas os valores de participação dos professores nessa greve são reduzidos ou até nulos na maior parte das escolas - não é daí que decorre prejuízo nas aprendizagens. As pessoas incentivam-nos e dizem para nós desistirmos. Sabem que os professores sabem lutar, mas sabem não penalizar os alunos. Não é por acaso que as manifestações têm sido praticamente todas ao sábado. Os professores podiam vir à sexta, e depois tinham o fim-de-semana, mas sacrificam um dia de descanso para manifestarem a insatisfação. Acho que os portugueses reconhecem esse cuidado. E parece-me ser um dos motivos



“

Era o que mais faltava que nos tirasse o sono mais uma organização [o STOP] e mais uma pessoa [André Pestana]. O que nos preocupa são as políticas que põem em causa a profissão, que afastam os jovens e que, em nossa opinião, não promovem a escola pública”

por que concordam com esta luta e a acompanham.

**Uma das vossas lutas mais mediáticas, e em que terão maior apoio da população, a ser com o que se chamou “casas às costas”. As soluções apresentadas pelo Governo podem resolver o problema?**

O professor de Braga ou do Porto era colocado no Algarve ou em Odemira e o ministério queria dar uma trelca para ficar por lá acampado. O regime de concursos não é o que, em nossa opinião, mais favorecerá a estabilidade das pessoas, das escolas e do seu corpo docente, mas o que vai determinar alguma estabilidade é o número de vagas que vão abrir. Costumo dizer que o melhor regime de concurso do mundo, sem vagas, não serve para nada. Um regime de concursos que não seja grande coisa, mas tenha um número elevado de vagas, pode ser muito importante. O Ministério da Educação diz que vai ter 20 mil vagas para os professores, nomeadamente no quadro das escolas. Vamos ver se é assim ou não, onde é que vão abrir e quais são as disciplinas. Podemos até abrir muitas vagas em áreas onde não há professores.

**A concorrência de outras forças sindicais, como o STOP, é benéfica para a luta da Fenprof?**

Estamos numa área onde não existem os vint e tal sindicatos que se costuma dizer, porque a Fenprof e a FNE têm federados sindicatos regionais - no nosso caso são sete e, no deles, outros sete -, mas existem outros. Estamos numa convergência, em que somos nove, e isso nunca foi uma preocupação. Os professores percebem onde devem ou não devem estar filiados, quem defende os seus interesses, quem vai às escolas e quem pugna pela convergência. E percebe que nestas nove organizações diferentes, umas da CGTP, outras da UGT, outras de nenhuma central sindical, há algo que todas fazem: respeitar os professores, respeitarem-se umas às outras e terem formas de luta que os professores possam fazer e propostas com que se possam identificar. Haver mais ou menos sindicatos é indiferente, importa é que defendam os professores, tenham os

mesmos objectivos reivindicativos e saibam respeitar-se. Não é por haver mais um, ou amanhã mais outro, que isso altera alguma coisa. As manifestações de 2008 foram “casas às costas”. As soluções apresentadas pelo Governo podem resolver o problema?

O professor de Braga ou do Porto era colocado no Algarve ou em Odemira e o ministério queria dar uma trelca para ficar por lá acampado. O regime de concursos não é o que, em nossa opinião, mais favorecerá a estabilidade das pessoas, das escolas e do seu corpo docente, mas o que vai determinar alguma estabilidade é o número de vagas que vão abrir. Costumo dizer que o melhor regime de concurso do mundo, sem vagas, não serve para nada. Um regime de concursos que não seja grande coisa, mas tenha um número elevado de vagas, pode ser muito importante. O Ministério da Educação diz que vai ter 20 mil vagas para os professores, nomeadamente no quadro das escolas. Vamos ver se é assim ou não, onde é que vão abrir e quais são as disciplinas. Podemos até abrir muitas vagas em áreas onde não há professores.

**A concorrência de outras forças sindicais, como o STOP, é benéfica para a luta da Fenprof?**

Estamos numa área onde não existem os vint e tal sindicatos que se costuma dizer, porque a Fenprof e a FNE têm federados sindicatos regionais - no nosso caso são sete e, no deles, outros sete -, mas existem outros. Estamos numa convergência, em que somos nove, e isso nunca foi uma preocupação. Os professores percebem onde devem ou não devem estar filiados, quem defende os seus interesses, quem vai às escolas e quem pugna pela convergência. E percebe que nestas nove organizações diferentes, umas da CGTP, outras da UGT, outras de nenhuma central sindical, há algo que todas fazem: respeitar os professores, respeitarem-se umas às outras e terem formas de luta que os professores possam fazer e propostas com que se possam identificar. Haver mais ou menos sindicatos é indiferente, importa é que defendam os professores, tenham os

Existem momentos em que a Fenprof faz demonstrações de força? João Costa, mas também André Pestana [presidente do STOP]? Não gastamos tempo com isso, e sim com a defesa dos professores, a luta que é preciso fazer e as propostas que é preciso apresentar. O nosso protesto nunca é um protesto por protesto, ou contra outros. É um protesto para fazer valer uma proposta. Não temos de provar nada a ninguém. Toda a gente vê e a Fenprof está perfeitamente em consonância com outras oito organizações muito diferentes, com posições diferentes sobre a profissão, a escola e a vida, o que não impede que estejamos todos juntos. Era o que mais faltava que nos tirasse o sono mais uma organização e mais uma pessoa. O que nos preocupa são as políticas que põem em causa a profissão, que afastam os jovens e que, em nossa opinião, não promovem a escola pública, que não investem na escola e na educação.

**Vejo que não lhe vou retirar grandes respostas sobre André Pestana...** O que é que teria para falar? Podíamos conversar mais do ministério ou do primeiro-ministro, que eu acho que os professores possam fazer e propostas com que se possam identificar. Haver mais ou menos sindicatos é indiferente, importa é que defendam os professores, tenham os

**Margarida Mano, Tiago Brandão Rodrigues e João Costa. Recorrendo a uma expressão muito em voga nos últimos dias, compariam um erro usado a qualquer um destes ministros?**

Se eles vendessem carnos usados, à partida não seria na prática governativa. Pediria a um mecânico amigo que fosse ver e se ele me dissesse que aquilo funcionava era capaz de comprar. Mas ia moê-lo e lutar para que baixassem o preço. Isso, sem dúvida. Por algumas pessoas, até tenho consideração. É evidente que alguns nem aqueceram o lugar. Estou a lembrar-me da minha conterrânea, Margarida Mano, que esteve lá uns dias pois o segundo executivo de Passos Coelho não conseguiu aprovar o programa de governo. A própria d. Isabel Alcáida também não chegou ao final da legislatura, nem sei se se apanhou pelo ministério por inítmio. Na discussão política, do ponto de vista sindical, temos opiniões diferentes. E admito que são opiniões de quem, por vezes, até aparece com muita boa vontade para resolver problemas mas, depois, rapidamente percebe que, mais do que o Ministério da Educação, é uma espécie de delegação das Finanças. E como não têm a coragem de dizer “se é para ser assim, vou-me embora”, ficam a fazer de empregados das Finanças. Estamos a negociar com o ministro da Educação mas, depois, está lá a secretária de Estado do Orçamento e a secretária de Estado da Administração Pública, todos a tomar notas para depois dizerem ao senhor ministro “você não se deveu levar pela conversa deles”. Quando estamos ali, estamos na discussão política, e fora daquele espaço são pessoas como outras quaisquer, com as quais não tenho qualquer tipo de desavença e convívio normalmente. Quanto a carnos usados, dependerá. Alguns deles enervam-se tanto nas reuniões que os carnos devem estar um bocadinho estampados. Aquilo deve precisar de um investimento na compra. Mas tenho mecânicos amigos que iriam dar uma olhadela à coisa.